



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Segunda-feira (06/01) a Quinta-feira (09/01)

Manchetes

MPF: 7ªCCR lança edital para publicações sobre Violência de Estado e Controle Externo da Atividade Policial

O Globo: Ministério da Justiça liberou menos de 40% de fundos de segurança sob sua gestão em 2019

Agência Brasil: Polícia Civil busca desarticular célula do PCC no Distrito Federal

UOL: Justiça Militar liberta PMs investigados por estupro de mulher em viatura

Extra: Em denúncia contra policiais, MP do Rio expõe falhas em investigação de chacina

A Gazeta: Polícias do ES criam manual para evitar punição por abuso de autoridade

O Globo: Juristas avaliam impacto da criação do juiz de garantias

Ponte: Adolescente é atropelada por viatura da PM em baile funk em SP

G1: OAB Goiás acompanha investigação das mortes de irmãos em operação de Polícia Militar

Metrópoles: Papuda: presos têm novos casos de infecção de pele, diz advogada

UOL: Entidades e ouvidoria cobram governo de SP por desaparecido após ação da PM

Estadão: Família de Marielle manifesta-se contra federalização do caso

Síntese das notícias

7ªCCR lança edital para publicações sobre Violência de Estado e Controle Externo da Atividade Policial: Estão abertas as inscrições para a seleção de artigos sobre o tema “Violência de Estado: Controle Externo da Atividade Policial, Sociedade e Sistema de Justiça”. Os textos irão integrar uma coletânea virtual da Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal - 7CCR/MPF, e devem abordar o papel da sociedade e do sistema de Justiça no controle da atividade policial, a fim de promover a efetivação dos direitos fundamentais e da cidadania. Os autores podem submeter artigos inéditos, atualizados, adaptações de monografias e resumo de dissertações ou teses. Na seleção, serão observados os enfoques relevantes ao MPF, consistência, rigor científico, atualização temática e bibliográfica, contribuição para o campo de conhecimento e adequação aos requisitos definidos em edital. Os interessados em participar devem enviar os textos até 18 de fevereiro de 2020 para o e-mail

SINOPSE DE NOTÍCIAS



7ccr@mpf.mp.br, indicando no assunto da mensagem “Edital 7ª CCR/MPF nº 1, de 18 de dezembro de 2019 – Violência de Estado: controle externo da atividade policial, sociedade e sistema de justiça”. Os artigos serão avaliados e selecionados pelos coordenadores da publicação, em até um mês após o término do prazo de entrega dos artigos. O resultado da deliberação será comunicado aos candidatos por e-mail.

Fonte: MPF (18/12/2019). <http://bit.ly/2EBcj0°>

Ministério da Justiça liberou menos de 40% de fundos de segurança sob sua gestão em 2019:

A liberação de recursos dos principais fundos geridos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública ficou abaixo de 40% dos valores totais que haviam sido previstos no Orçamento do ano passado. Do montante de R\$ 1,9 bilhão autorizado para o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, R\$ 553,8 milhões foram efetivamente pagos —o equivalente a 29% —, segundo dados de execução orçamentária disponíveis no portal de Orçamento do Senado. Já em relação ao Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, a União desembolsou R\$ 322 milhões, o que representa 35% da previsão de R\$ 912,2 milhões. Os recursos são usados para custear operações da Força Nacional de Segurança, além da compra de equipamentos e outras ações de governos estaduais na área da segurança. Estados e Distrito Federal precisam cumprir requisitos estabelecidos em lei para ter acesso às verbas. Já em relação ao Funpen, usado para a reforma e construção de presídios, além de outras atividades relacionadas ao sistema carcerário, os valores pagos em 2018 representaram 41% do total que havia sido previsto — R\$ 375,3 milhões de um total de R\$ 911 milhões. Em anos anteriores, o percentual de pagamentos havia sido ainda maior: 76% em 2017 e 54% em 2016.

Fonte: O Globo (8/1/2020). <https://glo.bo/36HCWNy>

Polícia Civil busca desarticular célula do PCC no Distrito Federal: A Polícia Civil do Distrito Federal deflagrou na terça-feira (7/1) uma operação para desarticular uma suposta célula da facção criminosa Primeiro Comando da Capital - PCC que, segundo as autoridades locais, atua na capital do país. Ao menos 120 policiais civis participam da Operação Guardiã 61, organizada pela Divisão de Repressão a Facções Criminosas da Coordenação Especial de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado. Oito mandados de prisão e cinco de busca e apreensão foram cumpridos. Três suspeitos já são considerados foragidos. Há ainda três investigados que deverão ser presos nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. De acordo com a Polícia Civil, pelo menos 30 pessoas integram a célula da facção criminosa no Distrito Federal, mas nem todas foram identificadas. Segundo a polícia, os membros do grupo se dividiam em núcleos específicos de atuação para praticar diversos tipos de crime, como roubo e tráfico de drogas e de armas. O objetivo principal, contudo, era estabelecer as condições necessárias ao desenvolvimento e consolidação do grupo na capital federal, para onde, no ano passado, integrantes da cúpula do PCC foram transferidos para cumprir pena em presídio federal de segurança máxima.

Fonte: Agência Brasil (7/1/2020). <http://bit.ly/2N2EKZZ>

Justiça Militar liberta PMs investigados por estupro de mulher em viatura: Dois policiais denunciados por estupro foram soltos e podem voltar a trabalhar pela Polícia Militar de São Paulo. Em junho, Natália, 19, relatou ter sido estuprada dentro de uma viatura por um dos agentes após pedir uma informação. A reintegração à corporação foi

SINOPSE DE NOTÍCIAS



publicada no Diário Oficial no fim dezembro após um alvará de soltura concedido pela Justiça Militar. Eles estavam presos preventivamente. Na época, os corregedores se surpreenderam com o relato da jovem. Segundo ela, os PMs Anderson Silva da Conceição e Danilo de Freitas Silva teriam oferecido uma carona até uma estação de ônibus em Praia Grande, no litoral paulista. Um dos agentes sentou no banco de trás da viatura junto com a vítima, onde teria cometido o estupro, segundo o relato dela. Os soldados confirmaram a carona, mas negaram a violência sexual. Durante as investigações, imagens captadas por uma câmera de segurança mostraram que um dos soldados embarcou no banco traseiro, contestando a versão dada por eles de que teriam sentado no banco da frente.

Fonte: UOL (9/1/2020). <http://bit.ly/39SPnbt>

Em denúncia contra policiais, MP do Rio expõe falhas em investigação de chacina:

A denúncia do Ministério Público contra dois policiais por crimes sexuais cometidos durante as chacinas da Nova Brasília, entre 1994 e 1995, aponta uma série de falhas na investigação dos crimes. De acordo com o documento, “os crimes foram investigados de forma precária, por órgão da mesma força policial cujos agentes eram os suspeitos, em claro conflito de interesses e, mesmo sem que os fatos tivessem sido elucidados, o inquérito foi arquivado”. À época, 26 pessoas foram mortas e três mulheres, violadas sexualmente em duas operações das polícias Civil e Militar na favela da Nova Brasília, que faz parte do Complexo do Alemão. As investigações, conduzidas pela Corregedoria da Polícia Civil, foram arquivadas pela Justiça a pedido do MP em 2009, sem que nenhum policial fosse levado à Justiça. Os inquéritos só foram reabertos em 2018, após a Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, da Organização dos Estados Americanos, condenar o Estado brasileiro pelos crimes. Uma dessas novas investigações deu origem à denúncia, encaminhada à Justiça em dezembro do ano passado, contra o policial civil Rubens de Souza Bretas, lotado na Delegacia Antissequestros, e o ex-PM José Luiz Silva dos Santos pelos crimes sexuais contra três vítimas dentro de uma casa na favela. A denúncia cita trecho da sentença da CIDH que aponta sucessivos descumprimentos de prazos na investigação, o que atrasou sua conclusão, e a falta de realização de diversas diligências. Para o MP, a impunidade do caso aconteceu pela “total desídia (falta de cuidado) dos órgãos que integram o sistema de justiça”.

Fonte: Extra (6/1/2020). <https://glo.bo/35J0PDq>

Polícias do ES criam manual para evitar punição por abuso de autoridade: A nova Lei de Abuso de Autoridade entrou em vigor no dia 3 de janeiro e já movimenta, além do Judiciário e do Ministério Público, quartéis e delegacias. O texto da norma, a Lei 13.869/2019, tem como alvo qualquer agente público, aí incluídos, portanto, promotores de Justiça, juízes, policiais militares e civis. A polícia militar do Espírito Santo – PMES divulgou uma cartilha com orientações. Já a polícia civil baixou uma circular. Membros no Ministério Público e do Judiciário articularam-se para que o texto não fosse aprovado pelo Congresso Nacional e depois pelo veto do presidente (sem partido). Alguns artigos foram barrados, mas a lei acabou sancionada. Apesar do Artigo 1º deixar claro que é preciso ficar provado que o agente teve a intenção de fazer uma coisa errada, a nova lei preocupa.

Fonte: A Gazeta (7/1/2020). <http://bit.ly/37NvwbK>



Juristas avaliam impacto da criação do juiz de garantias: O Congresso incluiu no pacote anticrime, proposto pelo ministro da Justiça, a criação do juiz de garantias, medida que prevê dois juízes, um para conduzir o processo e outro para julgar. O mecanismo foi sancionado pelo presidente no fim de dezembro. Para Davi Tangerino, advogado e professor da UFRJ e da FGV, a criação do juiz de garantias reforça a imparcialidade, principalmente em casos mais complexos. Ele afirma que a medida também é uma maneira de melhorar o sistema jurídico brasileiro. Ele nega que a criação do juiz de garantias vá ampliar significativamente os custos e a demora nos processos. A advogada constitucionalista Vera Chemim afirma que o momento e a forma como está sendo criado o juiz de garantias enfraquece o Judiciário, desvaloriza o juiz e atende a interesses políticos que não são os mais nobres. Para ela, que é mestre em administração pública, a forma como está sendo realizada esta mudança é até inconstitucional.

Fonte: O Globo (6/1/2020). <https://glo.bo/2N8Yf2T>

Adolescente é atropelada por viatura da PM em baile funk em SP: Tem sido difícil para a estudante Evellyn Souza de Jesus Silva, 17 anos, caminhar pelas ladeiras da Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo, e em alguns trechos com asfalto irregular. Desde a madrugada do domingo (5/1), ela anda mancando. Na altura dos joelhos, há duas feridas. “Essa aqui quase que chega no osso”, diz. Evellyn foi atropelada e arrastada por uma viatura da Força Tática da PM quando estava com os amigos curtindo o Baile das Casinhas por volta das 2h30 na esquina da Rua Moises de Corena com a Apóstolo Felipe, um dos pontos de concentração do Baile das Casinhas. “Eu vi minha morte ali”, conta. Segundo ela, a polícia já havia feito uma ação de dispersão alguns minutos antes, uma quadra abaixo, na Rua Apóstolo Bartolomeu, usando bombas e spray de pimenta. Evellyn conta que uma outra amiga que estava ao seu lado também se machucou no atropelamento. “Foi coisa de segundos, não tive nem reação”, lamenta. “Estou traumatizada, eu vejo viatura da PM, já tremo”, conta. No domingo, a SSP/SP - Secretaria de Segurança Pública de SP enviou uma nota informando que uma pessoa havia morrido e outra tinha sido baleada em uma suposta perseguição que terminou em um baile funk. “Quatro pessoas estavam no carro quando avistaram policiais em patrulhamento de rotina e tentaram fugir onde ocorria um baile funk. Na fuga, atropelaram algumas pessoas e bateram em um poste”, diz trecho da nota. A morte aconteceu em uma viela da rua Apóstolo Simão Pedro. O local fica a cerca de três quadras de onde Evellyn foi atropelada pela viatura. A Ouvidoria da Polícia de SP quer o afastamento dos policiais envolvidos na ocorrência até o fim das investigações. “Instaurei procedimento na segunda-feira (6/1) e oficieei a Corregedoria da PM pedindo para que haja a instauração de inquérito policial militar e pedi o afastamento de todos os PMs”, destaca o ouvidor Benedito Mariano. Em nota, a SSP/SP informa que Polícia Militar e o DHPP - Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa investigam a ocorrência.

Fonte: Ponte (6/1/2020). <http://bit.ly/36voo3K>

OAB Goiás acompanha investigação das mortes de irmãos em operação de Polícia Militar: A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás – OAB/GO abiu uma portaria para acompanhar a investigação da morte dos irmãos Kaleb de Paula Araújo, de 18 anos, e Victor de Paula Araújo, de 21 anos. Eles foram baleados dentro de casa, em Trindade, na Região Metropolitana de Goiânia, durante uma ação da polícia militar. Em nota, a Secretaria de Segurança Pública disse que o caso está sendo

SINOPSE DE NOTÍCIAS



apurado pela polícia civil e também pela Corregedoria da polícia militar. Os policiais envolvidos disseram que atendiam a uma denúncia de possível tráfico de drogas, quando foram recebidos a tiros e revidaram, atingindo as duas vítimas. Apesar disso, uma tia das vítimas disse que os sobrinhos não estavam atirando quando foram baleados. A portaria da OAB/GO informa que acompanhará o caso. No documento, é pedido o mesmo do Ministério Público do Estado de Goiás – MP/GO por meio do Grupo Especial do Controle Externo da Atividade Policial – GCEAP e do Centro de Apoio Operacional – CAO dos Direitos Humanos.

Fonte: G1 (8/1/2020). <https://glo.bo/2TbyS4a>

Papuda: presos têm novos casos de infecção de pele, diz advogada: Ao menos quatro detentos apresentaram infecções de pele na Penitenciária do Distrito Federal I - PDF I, no Complexo Penitenciário da Papuda, conforme denuncia a advogada Verônica Dias Lins, que representa os presos. A dermatopatologia fez surgir furúnculos nos internos, e o ambiente fechado do cárcere teria favorecido o contágio da doença, segundo Verônica. A defensora afirma que um dos infectados está com feridas até nas partes íntimas e passa a maior parte do tempo deitado por não aguentar as fortes dores. A advogada pediu à Vara de Execuções Penais - VEP a liberação temporária do cliente – detido por tráfico – para tratamento em hospital da rede pública do Distrito Federal. A Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal - Sesipe, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do DF – SSP/DF, informou “que não há surto de doenças de pele na PDF I ou em qualquer unidade prisional do Complexo Penitenciário do DF”. Em janeiro de 2019, 180 presos foram acometidos por dermatopatias no Centro de Detenção Provisória. Em visita realizada à unidade em 10 de janeiro daquele ano, integrantes do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT constataram muitos internos com feridas pelo corpo decorrentes da coceira. Durante a vistoria, promotores teriam tomado conhecimento de que a equipe de saúde não conseguia atender a demanda, além da falta de medicação.

Fonte: Metrôpoles (6/1/2020). <http://bit.ly/2sLYR7S>

Entidades e ouvidoria cobram governo de SP por desaparecido após ação da PM: Carlos Eduardo dos Santos Nascimento, 20, foi visto pela última vez por volta das 17h de 27 de dezembro de 2019, quando foi colocado por policiais dentro de uma viatura da PM - Polícia Militar, no bairro Jardim São Camilo, em Jundiaí, interior de São Paulo. Desde então, está desaparecido. Nascimento foi a um bar, na rua Benedito Basílio Souza Filho, confraternizar com quatro amigos brancos. Os cinco foram abordados pela PM, segundo as testemunhas. Nascimento, o único negro entre eles, foi o único colocado dentro da viatura. O ouvidor da polícia de São Paulo, advogados, ativistas de direitos humanos e oficiais da própria PM cobram do governo de São Paulo esclarecimentos sobre o paradeiro de Carlos Eduardo, 11 dias depois de ele ter desaparecido. A SSP – Secretaria de Segurança Pública diz que as polícias Civil e Militar investigam o que ocorreu. O caso foi registrado como desaparecimento no fim de 2019. Só seis dias depois a polícia civil iniciou diligências para buscar o jovem e tentar elucidar o sumiço. “Não nos deram prazo nenhum. Nos disseram que iam começar as diligências para tentar encontrar meu filho. Mas tudo sem prazo”, disse o pai do jovem.

Fonte: UOL (7/1/2020). <http://bit.ly/37Oe3Ac>



Família de Marielle manifesta-se contra federalização do caso: A Defensoria Pública do Rio de Janeiro protocolou, segunda-feira (6), no Superior Tribunal de Justiça, petição com a manifestação da família de Marielle Franco e Anderson Gomes, em que é requerida a manutenção das investigações com o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro. O documento é uma resposta ao pedido de federalização feito pela ex-procuradora-geral da República, no fim de seu mandato, em setembro de 2019. A Defensoria afirma, por meio de nota, que sustentou ‘a permanência das investigações na esfera estadual em razão da participação da família e do controle externo da apuração do caso já realizado pelo Ministério Público do Rio – MPRJ’. Segundo o órgão, ‘nenhuma esfera está totalmente isenta a interferências’.

Fonte: Estadão (7/1/2020). <http://bit.ly/2Ndteed>